

Goiânia, 01 abril de 2015

Entidades sindicais se mobilizam contra o PL-4330 das terceirizações

O Sindicato dos Bancários de Goiás vem trabalhando junto aos deputados federais e senadores de Goiás para que os parlamentares votem contrariamente à aprovação do famigerado PL-4330, que amplia a terceirização sem limites e ameaça os direitos de todos os trabalhadores com carteira assinada em nosso País. A previsão é que seja votado pelo plenário da Câmara dos Deputados no próximo dia 7 de abril.

Estudo sobre o assunto mostra que o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no trabalho, tem jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos do que os que têm carteira de trabalho assinada.



Até mesmo o Tribunal Superior do Trabalho (TST) demonstrou preocupação junto à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, mostrando que esse projeto autoriza a generalização plena e irrefreável da terceirização na economia e na sociedade brasileiras, nos âmbitos privado e público, podendo atingir quaisquer segmentos econômicos ou profissionais, quaisquer atividades ou funções, além de negligenciar e abandonar os limites à terceirização já sedimentados no Direito brasileiro, o que provocará gravíssima lesão social de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no País, com a migração massiva de milhões de trabalhadores hoje enquadrados como efetivos das empresas e instituições tomadoras de serviços em direção a um novo enquadramento (terceirizados).

“É imperioso que o nobre parlamentar vote contrariamente ao PL-4330 que trata das terceirizações e assim contribua com o restabelecimento da paz social no seio dos trabalhadores”, conclama o presidente do Sindicato dos Bancários de Goiás, Sergio Luiz da Costa, em documento encaminhado nesta quarta-feira, 1, aos deputados e senadores das bancadas de Goiás.

“A UGT-Goiás também está engajada nesta luta contra a aprovação do PL-4330/2004, que amplia a terceirização para todas as atividades da empresa e reduz salários e direitos dos trabalhadores”, afirma Manoel do Bomfim Dias Sales, presidente da central sindical.